

Amaral Peixoto e a interventoria fluminense: a formação do grupo político

Niterói, 14 de setembro de 1944.

Meu caro Agamenom:

Sempre na expectativa (sic) de sua vinda, não lhe escrevi há mais tempo, conforme era meu desejo. Informado, agora, de que aí aguarda a chegada do Presidente, quero pô-lo a par do que o Valadares e eu vimos fazendo em relação ao problema político.

Há dois meses, o Valadares entregou ao Presidente dois projetos: um de constituição estadual e outro de lei eleitoral, para realização do plebiscito. Ambos foram remetidos ao Marcondes, que os modificou, apresentando algumas sugestões interessantes e outras rejeitadas desde logo, por não julgarmos aconselhável sua aceitação.

Como já disse, aguardávamos sua vinda, para ouvir sua opinião, não só sobre esses assuntos como também, mais fundamentalmente, quanto à organização política do país.

Quando me avistei com o Marcondes, a primeira pergunta que fiz foi no sentido de saber se ele já se havia entendido com o Presidente sobre o que pretendia fazer em relação a este assunto. Achava eu que a lei eleitoral devia ser função, em grande parte, dessa organização. Quis, por exemplo, saber se era pensamento do Presidente organizar um grande partido nacional. Respondeu-me ele que não havia ainda conversado com o Presidente a respeito, mas que o seu ponto de vista era contrário. E como lhe perguntasse se a oposição ou oposições ficariam também na impossibilidade de uma arregimentação partidária, respondeu-me não ver na Constituição qualquer empecilho a isso.

Ficáramos, assim, em minha opinião, destinados sem qualquer organização, a travar combate com um adversário perfeitamente enquadrado em partido político.

Verá o meu amigo, pela sucessão de projetos que lhe remeto, que era pensamento do Marcondes fazer com que a eleição fosse realizada o mais possível dentro das organizações sindicais existentes, não achando necessário qualquer trabalho político, pois o seu Ministério – o que efetivamente exerce – faria toda a propaganda.

É evidente que isso se torna desaconselhável, não só sob o ponto de vista interno, pois as influências locais não podem deixar de se fazer sentir fortemente, como também pela repercussão no exterior.

O Presidente, com o seu senso político, felizmente, concordou conosco e a última redação do projeto já satisfaz razoavelmente.

O meu ponto de vista, em linhas gerais, é o seguinte: o Presidente, com uma ou mais leis constitucionais, atenuaria alguns dispositivos que poderiam servir de pretexto a combates encarniçados. Para que fazer, por exemplo, Ministros de Estado dispenderem seu tempo presidindo sessões

da Câmara dos Deputados ou do Conselho Federal? Não lhe parece isso uma intromissão do Executivo no Legislativo, sem qualquer resultado prático?

Assim como esse, outros senões seriam corrigidos. Ainda por lei constitucional, poder-se-ia estabelecer o sufrágio direto para a primeira eleição presidencial, pois para reunir o colégio eleitoral, partindo das eleições diretas para vereadores e Delegados eleitorais dos municípios, levaríamos muito tempo, meses até. Não lhe parece também mais simpática essa idéia e não acha que daria no momento mais prestígio ao novo governo que assim fosse constituído?

Aguardo sua opinião sobre o assunto e, principalmente, desejo muito conhecer o projeto de constituição que deve estar organizando.

Um cordial abraço do
Ernani do Amaral¹

Com estas palavras, Ernani do Amaral Peixoto, Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro desde 1937, expressava suas opiniões quanto a reorganização política do país ao Interventor de Pernambuco, Agamenom Magalhães, em carta escrita em 14 de setembro de 1944, em papel timbrado do governo fluminense.

Na conversa entre os interventores (Agamenom Magalhães, assim como Amaral Peixoto, estava no cargo desde 1937), percebemos a intensa negociação que estava sendo realizada neste período sobre a nova organização política do país e os cuidados que seus articuladores deveriam tomar para que não prejudicassem os planos do grupo até então dominante de continuar no poder, mas que ao mesmo tempo não causasse a impressão de que estariam se aproveitando da máquina criada e controlada por eles para que fossem beneficiados neste processo.

A negociação política acontecia também por intermédio das cartas, pois já estamos nos últimos momentos do Estado Novo e a decisão sobre os rumos a serem tomados era emergencial e conseguir estabelecer encontros periódicos entre os articuladores do processo não era uma tarefa fácil, como podemos perceber pela carta enviada por Agamenom Magalhães. Na missiva de Amaral Peixoto, podemos identificar quais eram os personagens principais envolvidos nestas negociações para que se buscasse o modelo desejado de Constituição e Lei eleitoral a serem adotados. O político fluminense expõe que estes diálogos vinham ocorrendo entre Benedito Valadares, Alexandre Marcondes Filho, Agamenom

¹ Carta de Amaral Peixoto a Agamenom Magalhães, em 14/09/1944. Arquivo Agamenom Magalhães, AGM c 44.09.14, rolo 3, fot. 71.

Magalhães e ele, lideranças importantes nos seus estados e também de grande relevância nacional a esta altura.

Exatos quinze dias depois, em 29 de setembro de 1944, Agamenom Magalhães respondeu ao Interventor fluminense, expondo seu ponto de vista sobre o que lhe havia sido apresentado:

Recife, 29 de setembro de 1944.

Amaral:

Recebi a sua carta e os projetos. Mandei tirar cópia do que é essencial e vou depois ouvir os técnicos eleitorais. Uma coisa, entretanto, me impressionou e não encontrei explicação. Não compreendo como, simultaneamente com o plebiscito, se possa fazer eleição dos vereadores e delegados eleitores para as Câmaras. Antes de ter uma constituição, como poderemos executá-la ou eleger os órgãos políticos, que dependem das leis complementares do estatuto básico? Isto sob o aspecto técnico. Se considerarmos o lado político, então, todos os raciocínios, a meu ver, desaconselham a precipitação da outorga das constituições estaduais e das eleições, simultaneamente, com o plebiscito. Vamos examinar o assunto em partes. Realizado o plebiscito temos a constituição e o Presidente constitucional. Está dado o passo essencial. O Presidente constitucional terá ano e meio de mandato, após a revogação do estado de guerra. Nesse período será decretada a lei eleitoral e aberto o alistamento. É a oportunidade para a formação dos partidos nacionais. Será, então, fixada nesse setor a luta com os nossos adversários. As correntes nacionais predominantes irão com o nome do Presidente às urnas. A sua reeleição será imposta por necessidades da política interna e externa. Temos o precedente Roosevelt, insuspeito para os democráticos de todos os matizes.

Aberta a instância eleitoral, os Estados, de acordo com a Constituição e as leis da sua competência, irão também organizando as suas Câmaras e elegendo seus governadores. É o que me parece aconselhável e mais certo. O fato político aí está. Contorná-lo com os projetos eleitorais de emergência, só explicáveis para o plebiscito, é oferecer aos inimigos armas para impugnar a legitimidade dos órgãos eleitos antecipadamente ou, digamos a verdade, com certo medo, que a tanto importa a fuga de um pleito em condições regulares. Se o regime democrático está sendo imposto por transformações de ordem internacional, devemos aceitá-lo com todas as suas conseqüências. Aceitá-lo, dirigindo-o e não procurando afastá-lo dos olhos para não ver. Essa atitude é que nos dará autoridade e elementos de vitória na opinião.

Os projetos, como providências eleitorais de emergência para o plebiscito, são aceitáveis. O plebiscito é anterior à Constituição e às leis ordinárias e complementares nela previstas.

- As eleições do Presidente e Governadores devem ser diretas. É o processo que mais consulta a um pronunciamento amplo da união e dos Estados. O argumento de luta eleitoral, propaganda e agitação não

podem prevalecer, porque essa agitação aí está e não podemos suprimi-la. É da época.

- A massa está estruturada nos quadros sindicais. Nesses quadros deve permanecer, concorrendo às eleições políticas e exercendo o operário o direito de voto, individualmente e como cidadão. Essa arregimentação será a maior força eleitoral. Maior do que a dos partidos. Esse trunfo os adversários não nos arrancarão em nenhum pleito.

- Acho também que a Constituição deve ser emendada, transigindo com os princípios que vão emergindo. A política do Presidente deve continuar realista. O momento é de tumulto e transição. Não se sabe o que vai ficar, como definitivo. O Estado, nas épocas tumultuosas, tem que andar às guinadas. Temos felizmente timoneiro experimentado.

- não tive mais notícias sobre a vinda do Presidente ao Norte. Só depois é que poderei ir ao Rio conversar demoradamente com você, Valadares e Marcondes sobre assunto tão importante e que demanda muita reflexão, pesando fatores e rumos.²

Com a resposta do interventor nordestino, a negociação política e os rumos que o processo de democratização deveriam tomar vão ganhando forma e destaque nas conversas entre os políticos mais influentes do período. Entretanto, o que nos interessa nestas missivas não é a negociação política em si (quais seriam as medidas adotadas por estes políticos para a organização de uma nova constituição e da lei eleitoral), mas sim a participação de nosso personagem neste processo.

Como podemos perceber, Amaral Peixoto está inserido em um grupo de políticos reconhecidos nacionalmente, como Agamenom Magalhães, Benedito Valadares e Alexandre Marcondes Filho, um dos principais membros da equipe formada por Vargas durante o Estado Novo, já que ocupou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sendo fundamental para a consolidação da imagem criada pelo Presidente perante aos trabalhadores. Com certeza, a “relação familiar” entre Amaral Peixoto (casado com Alzira Vargas, filha do Presidente) e Getúlio Vargas contribuiu para a escolha de seu nome para a Interventoria fluminense, afinal, o cargo de interventor deveria ser entregue para pessoas da confiança do Presidente da República. Entretanto, não foi apenas a proximidade o fator central para a estabilidade de Amaral Peixoto em um cargo com intensa rotatividade. Apesar do apoio de seu futuro sogro, o interventor demonstrou uma grande capacidade para formar um grupo político sólido e forte, capaz de dar

² Carta de Amaral Peixoto a Agamenom Magalhães, em 14/09/1944. Arquivo Agamenom Magalhães, AGM c 44.09.14, rolo 3, fot. 71.

sustentação a ele durante estes oito anos. Para termos uma noção da dificuldade encontrada por um interventor para permanecer no cargo, apenas Amaral Peixoto, Agamenom Magalhães e Benedito Valadares (Interventor de Minas Gerais) conseguiram passar todo o período do Estado Novo como interventores. Amaral Peixoto foi também um dos idealizadores do projeto da Legião Cívica Nacional, que seria formada a partir dos interventores de todo o Brasil para que se consolidasse uma base nacional de apoio ao Estado Novo.

3.1. A política fluminense na década de 1930

Art. 11º- O Governo Provisório nomeará um interventor federal para cada Estado, salvo para aqueles já organizados, nos quais ficarão os respectivos presidentes, investidos nos poderes aqui mencionados.³

Após a deposição de Washington Luís, assumiu o governo brasileiro até a posse de Getúlio Vargas a Junta Governativa Provisória, composta pelos generais Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e pelo almirante Isaías Noronha. Com a posse de Getúlio Vargas, foi oficializado o sistema de interventoria federal nos estados.⁴ As características que norteariam a escolha dos interventores seriam as seguintes: ser “estrangeiro”, que significava não ser do Estado ou não possuir raízes políticas nele; ser militar, pois o exército era uma das bases de sustentação do movimento; e ser neutro politicamente, pois um homem de partido teria dificuldade de incompatibilizar-se com seus partidários para tomar as medidas devidas e desejadas pelo governo federal.⁵

A interventoria federal foi um sistema implantado pelos adeptos do tenentismo para colocarem em prática suas políticas centralizadoras e intervencionistas, visando alcançar a almejada representação política em todo o país. Entretanto, estes critérios adotados para as nomeações dos interventores

³ Decreto de 11/11/1930, institucionalizando o Governo Provisório. Apud. Edgard Carone. **A Segunda República (1930-1937)**. Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1978. 3ª edição.

⁴Edgard Carone. **Op. cit.**

⁵ Dulce Chaves Pandolfi. “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político”. In: Ângela de Castro Gomes. **Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. PP. 339-425.

encontraram resistências nas forças políticas tradicionais, que entravam em conflito com estas autoridades e geravam crises políticas continuamente.⁶

Para regular as ações de seus representantes nos estados, o chefe do governo provisório publicou em 28/08/1931 o código dos interventores. Este código tinha por objetivos estabelecer uma ação uniforme nas interventorias federais e procurava evitar que houvesse uma grande concentração de poder nas mãos dos interventores, restringindo as ações dos chefes estaduais. Com a publicação deste código, Vargas procurava cercear os “tenentes”, visando não apenas controlar este grupo, mas também impedir a ofensiva das oligarquias que se opunham ao novo governo.

Esta limitação de poderes pode ser notada pela proibição aos estados de contrair empréstimos sem autorização do governo federal e restrição dos recursos que cada estado poderia aplicar nas forças policiais, impedindo que rivalizassem com o exército nacional. Os interventores ficaram proibidos também de criar, aumentar ou conceder isenção de impostos, criar cargos, aumentar vencimentos e fazer qualquer outro tipo de concessão sem a prévia autorização do chefe da nação.

Além destas medidas, foram criados os Conselhos Consultivos nos estados e nos municípios, que se reuniam somente quando convocados pelo interventor ou pelos prefeitos. O Conselho Consultivo Estadual era composto por cinco membros e nenhum deles poderia estar ligado de alguma forma à administração estadual. As indicações dos membros dos conselhos eram feitas pelos interventores, elas somente seriam homologadas depois de apresentadas e aprovadas pelo Governo Provisório. Já o Conselho Consultivo Municipal era composto por, no mínimo, três membros, sendo uma indicação para o prefeito, uma para o interventor e uma para os maiores contribuintes locais, mas o número de membros deste conselho era variável, pois cada interventor poderia nomear quantos membros julgasse necessário e os contribuintes poderiam ter até três representantes. O Conselho Consultivo Municipal poderia ou não ser instituído, ficando esta decisão a cargo dos interventores.

⁶ Segundo Edgard Carone, a crise política, atrelada à crise econômica, acabou conduzindo o país a instabilidade. Para piorar a situação, alguns interventores se excediam nas prerrogativas de seus cargos, o que gerou uma ofensiva das oligarquias locais, lideradas por São Paulo, perante Getúlio Vargas (vale lembrar que neste momento as lideranças oligárquicas estavam com suas máquinas administrativas restritas). Edgard Carone. **Op. cit.**

Podemos perceber, então, que os interventores eram peças fundamentais do plano político que viria a ser desenvolvido. Como eram indicados pelo chefe do executivo nacional, suas práticas deveriam estar em consonância com aquelas imaginadas pelo Governo Federal. Ao mesmo tempo, seriam os interventores os responsáveis por conquistarem o apoio dos líderes estaduais e, conseqüentemente, dos municipais para o grupo que assumia o poder político em cenário nacional após o movimento de 1930. Para conseguir êxito nessas funções, era necessário aos interventores estreitar cada vez mais suas relações com as oligarquias estaduais.

O papel de mediador exercido pelos interventores era importante para que o Governo Provisório conseguisse o seu intuito de dar continuidade a seu governo e suas ações após as eleições e a Assembléia Constituinte. Além da função de controle da esfera federal sobre os estados e suas oligarquias, os interventores tinham como responsabilidade a nomeação dos Prefeitos e a reunião de todos os grupos políticos do estado, sempre com a intenção de aproximá-los do executivo nacional.

Outro importante ponto com relação às interventorias era o fato de que, mesmo com a construção de uma relação mais próxima entre os governantes estaduais e os membros das oligarquias locais dominantes, os políticos designados para a chefia dos estados não representavam ameaça significativa a Getúlio Vargas e seus interesses. Os interventores estavam subjugados ao Presidente da República não só legalmente, mas também pela sua permanência no cargo estar relacionada ao desempenho que tivessem ao controlar as elites políticas do estado que eram responsáveis e, principalmente, pela fidelidade ao seu chefe político, que os havia indicado para exercer tais funções. Desta forma, os interventores não dependiam diretamente das oligarquias estaduais para que fossem mantidos em seus postos, mas do chefe do executivo nacional.

O estado do Rio de Janeiro foi um dos que se enquadraram na dinâmica de intensa rotatividade no cargo de interventor. Logo após o fim do “movimento pacificador”, a Junta Governativa Provisória nomeou como governador provisório no Rio de Janeiro o Coronel Demócrito Barbosa, até que chegasse ao Rio de Janeiro Plínio Casado, o escolhido pelos generais para ocupar tal cargo. Para comprovar tal argumentação, inserimos aqui uma tabela com os interventores

federais no Rio de Janeiro, excetuando-se os cinco dias do governo provisório do Coronel Demócrito Barbosa.

Interventores fluminenses	Início	Término
Plínio de Castro Casado	29/10/1930	30/05/1931
General João de Deus Mena Barreto	30/05/1931	04/11/1931
Tenente Coronel Pantaleão da Silva Pessoa	04/11/1931	16/12/1931
Tenente Ari Parreiras	16/12/1931	08/11/1935

Fonte: Silvia Regina Pantoja Serra de Castro. **Amaralismo e pessedismo fluminense: O PSD de Amaral Peixoto**. Tese de doutoramento apresentada ao curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1995.

Plínio Casado foi nomeado como interventor provisório, mas acabou confirmado no cargo de forma definitiva após a posse de Getúlio Vargas. Foi um político influente, fato comprovado pela manifestação liderada por Cristóvão Barcellos que pediu ao chefe do Governo Provisório sua permanência no cargo⁷.

Plínio de Castro Casado nasceu em Porto Alegre e exerceu mandatos como Deputado Federal em 1897 (eleito pelo Partido Federalista do Rio Grande do Sul) e de 1924 a 1930 (eleito pela Aliança Libertadora), sendo um dos líderes oposicionistas aos governos de Artur Bernardes e Washington Luís. Em 1922, ao lado do governador gaúcho Borges de Medeiros – do Partido Republicano Riograndense – apoiou a candidatura de Nilo Peçanha e participou da campanha da Reação Republicana no Rio Grande do Sul. Quando a candidatura de Júlio Prestes tornou-se pública, em 1928, articulou com os mineiros Afrânio de Melo Franco e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (Presidente de Minas Gerais) uma candidatura oposicionista tendo Getúlio Vargas à frente. Neste momento, Plínio Casado era líder do Partido Libertador (PL) e foi um dos fundadores da Frente Única Gaúcha (FUG)⁸, uma das bases para a organização da Aliança Liberal.⁹

⁷ “A Revolução triunfante”. **O Fluminense**, 28e 29/10/1930, p. 1.

⁸ A Frente Única Gaúcha foi resultado da união entre o Partido Libertador e o Partido Republicano Riograndense em favor da candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República em 1930.

⁹ Silvia Pantoja. “Plínio Casado”. In: Alzira Alves de Abreu [et. al.] (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

Durante o ano de 1930 o interventor fez constantes viagens ao interior do estado do Rio de Janeiro para prestigiar a posse dos prefeitos nomeados por ele e foram publicadas diversas matérias no periódico “O Fluminense”¹⁰ exaltando a personalidade e as atitudes de Plínio Casado no governo estadual. Estas viagens do interventor podem ser explicadas pelo fato de procurar estabelecer ligações com os chefes políticos locais, uma vez que deveria buscar nestes a base de apoio ao seu governo para alcançar estabilidade.

Entretanto, a situação econômica do Rio de Janeiro era preocupante devido aos reflexos da crise de 1929, sendo a organização administrativa e financeira um aspecto muito explorado nos jornais. A economia fluminense ficou paralisada após a crise de 1929 e a recuperação tornou-se ainda mais difícil após a Revolução de 30, pois o Governo Provisório passou a intervir na economia estadual, retraindo a produção cafeeira após a criação do Conselho Nacional do Café (CNC), que posteriormente viria a ser renomeado como Departamento Nacional do Café (DNC), o que acarretou prejuízos para a economia do Rio de Janeiro.

Como esta situação permanecia inalterada, começaram a surgir críticas dos políticos locais sobre o interventor. Entre janeiro e fevereiro de 1931 tais críticas foram intensificadas devido à demissão do chefe da Aliança Liberal no Rio de Janeiro, Arthur Victor, do cargo que exercia na Faculdade Fluminense de Medicina.¹¹

Ao mesmo tempo, as pressões exercidas por diversos municípios para ter suas reivindicações atendidas aumentavam. Dessa forma, a crise econômica do estado acabou transformando-se também em crise política, com os municípios passando a questionar veementemente os atos do interventor. A lista de pedidos dos municípios era extensa e diversa, sendo publicada sistematicamente na imprensa. Campos era um dos municípios em que a oposição ao executivo fluminense se manifestava mais forte, sob a alegação que desejava ser a capital do Estado. Itaboraí argumentava que não recebia a devida atenção do governo estadual e reclamava o prestígio que lhe era dispensado no período imperial, além

¹⁰ O periódico “O Fluminense” publicou diversas matérias entre novembro e dezembro de 1930, nas quais exaltava a atitude do Interventor em se deslocar ao interior do Estado para conhecer as necessidades dos municípios.

¹¹ “O chefe da Aliança Liberal recompensado...”, **O Fluminense**, 03/01/1931.

de municípios como Capivari, Macaé e Barra de São João reclamarem a realização de obras de natureza estrutural e incentivo ao comércio desenvolvido nestas regiões. Criticado pelas lideranças municipais e sem conseguir resolver a situação financeira do estado, Plínio Casado encaminhou seu pedido de demissão ao Governo Provisório, sendo substituído pelo General Mena Barreto.¹²

A nomeação de Mena Barreto demonstra a importância do estado do Rio de Janeiro em âmbito nacional, uma vez que o militar gaúcho foi um dos integrantes da Junta Governativa Provisória instalada em 1930. Diferentemente de Plínio Casado, Mena Barreto não apoiou a Reação Republicana em 1922, atuando na repressão aos movimentos tenentistas de 1922 e 1924. Entretanto, em 1930 comandou as operações militares da Revolução antes de integrar a Junta Governativa.¹³

A passagem de Mena Barreto pela interventoria fluminense foi marcada também por problemas na questão financeira, fato já identificado na gestão de seu antecessor. O interventor não realizou as viagens ao interior do estado como fizera Plínio Casado, mas convocou o Congresso dos Prefeitos como forma de tentar controlar as elites municipais, no que alcançou relativo sucesso, pois não enfrentou resistências das lideranças municipais enquanto esteve à frente da interventoria fluminense. Todavia, o general acabou pedindo demissão cinco meses após sua posse devido às limitações impostas pelo código dos interventores e sua indicação para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Militar.¹⁴

Pantaleão da Silva Pessoa, também gaúcho, ficou apenas 42 dias no cargo de interventor e havia exercido o cargo de secretário geral na administração de Mena Barreto. Sua passagem como interventor deveu-se a disputa entre a oligarquia local e os tenentes com relação ao nome que ocuparia este posto.

O escolhido foi Ari Parreiras, o interventor fluminense que ficou mais tempo no cargo. Diferentemente dos demais interventores, Parreiras nasceu no Rio de Janeiro, em Niterói. Este personagem teve importante participação na Conspiração Protógenes em 1924 e acabou sendo preso pela polícia do Distrito

¹² O periódico “O Fluminense” traz diariamente matérias com líderes políticos dos municípios fluminenses reivindicando maior atenção do governo estadual para seus problemas. As matérias que nos referimos foram publicadas entre janeiro e fevereiro de 1931. Ver Rafael Navarro Costa. **Op. cit.**

¹³ Renato Lemos. “Mena Barreto”. In: Alzira Alves de Abreu [et. al.] (coord.). **Op.cit.**

¹⁴ “O General Mena Barreto deixou o governo do Estado do Rio”. **O Fluminense**, 05/11/1931.

Federal. Participou também da Revolução de 1930 e do Governo Provisório antes de sua nomeação para o cargo de interventor federal no estado do Rio.¹⁵

Ao assumir a interventoria, Ari Parreiras encontrou o estado em situação complicada na questão econômica, tendo como principal viés de sua administração os ajustes na área financeira. Sua política de austeridade foi recompensada pelo crescimento na produção açucareira e da produção de laranja, que passou a ser o principal item de arrecadação do estado.¹⁶ Como exemplo desta política financeira, podemos citar diversas matérias publicadas em “O Fluminense”, sobretudo a que elogia o interventor comparando os gastos dos governantes fluminenses da Primeira República com os de Ari Parreiras, demonstrando a economia nos gastos do governo.¹⁷

O Interventor cumpriu durante os quase três anos em que esteve no cargo um extenso cronograma de viagens aos municípios fluminenses, principalmente para prestigiar inaugurações e vistoriar obras, além de ter abolido a censura imposta à imprensa fluminense (fato que mereceu destaque nos periódicos estaduais e do Distrito Federal). As constantes visitas aos municípios, demonstram, mais uma vez, a importância das oligarquias locais para a estabilidade do interventor no cargo (apesar de ser um cargo ligado ao Governo Provisório), pois era uma forma de Parreiras demonstrar aos chefes locais que eram parte integrante da engrenagem política fluminense. Foi também durante sua gestão à frente do estado que ocorreram as eleições para as Assembleias Constituintes Nacional e Estadual e a conseqüente reorganização partidária fluminense, que abordaremos no capítulo seguinte.

A partir deste breve ensaio biográfico dos interventores fluminenses, podemos notar que a maioria das exigências para a indicação do interventor foi respeitada no estado. Os quatro interventores nomeados pelo Governo Provisório eram militares, três eram estrangeiros e nenhum deles possuía raízes políticas no

¹⁵ A Conspiração Protógenes fez parte do segundo ciclo de revoltas tenentistas. Ocorreu no Distrito Federal em apoio ao movimento tenentista de São Paulo, mas foi descoberto e reprimido pela polícia. Ari Parreiras fez parte deste movimento tenentista e, posteriormente, do “Gabinete Negro” durante o Governo Provisório. O “Gabinete Negro” foi o embrião do Clube 3 de outubro, fundado pelos tenentes em 1931, que funcionava como uma organização para representar seus interesses. Ari Parreiras ocupou a Vice-presidência desta organização. Robert Pechman, “Protógenes Guimarães” e Carlos Eduardo Leal, “Clube 3 de outubro”. In: Alzira Alves de Abreu [et. al.] (coord.). **Op. cit.**

¹⁶ Silvia Regina Pantoja Serra de Castro. **Op. cit.**

¹⁷ “Enquanto os velhos esbanjam, os novos juntam...”. **O Fluminense**, 03/06/1932, p. 1.

Estado. Mostramos também a intensa rotatividade no cargo, com a estabilidade sendo conseguida apenas no ano de 1932 com a nomeação de Ari Parreiras, que apesar de ter sido escolhido pelos tenentes era natural do Rio de Janeiro, o que agradou a oligarquia local.

O período da interventoria Ari Parreiras (16/12/1931-08/11/1935) foi marcado pela reestruturação partidária, que acontecia em todo o país, e por quatro eleições em um curto espaço de tempo: a Constituinte Nacional, a Constituinte Estadual, a eleição para a Câmara dos Deputados e para as Câmaras Municipais.

Entretanto, o que devemos destacar sobre este período da Interventoria Ari Parreiras é a sua permanência por quase quatro anos no cargo, uma continuidade que até então não havia ocorrido no estado. Esta permanência se deve a dois fatores principais: o contato do interventor com as lideranças locais (o que abordaremos mais detalhadamente adiante) e o seu pouco apreço pelas disputas políticas e pela conquista de cargos em nível nacional, fazendo com que ele não fosse alvo dos grupos políticos do estado. Ari Parreiras esteve a frente do governo estadual durante todo o processo de preparação para as eleições, mas em momento algum interferiu nele. Sua relação com os partidos que se organizavam era extremamente distante e não assumiu o controle de nenhum deles, apesar dos apelos do grupo situacionista. Com o processo de reconstitucionalização, foi eleito para o governo do estado pela Assembléia Fluminense o Almirante Protógenes Guimarães.¹⁸

Ao assumir o governo do estado, Protógenes tentou dissipar as disputas políticas dentro da Assembléia com o que chamou de política de pacificação. Esta política teve como intenção desviar o foco das disputas partidárias entre os deputados para que as prioridades de seu governo pudessem ser a administração estadual e o auxílio às municipalidades. Com a pacificação, foram desfeitos os blocos partidários comandados por membros da União Progressista Fluminense (UPF) e do Partido Popular Radical (PPR) e as discussões passaram a ter como pano de fundo os municípios e suas necessidades mais emergenciais.

Em decorrência disso, as disputas partidárias que ocorreram na Assembléia foram deslocadas para as municipalidades. Como este “acordo” elaborado pelo

¹⁸ Ver Rafael Navarro Costa. **A política fluminense no pós-30: uma análise da interventoria Ari Parreiras e do governo Protógenes Guimarães (1932-1937)**. Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2005.

governador somente teria validade para assuntos que pudessem ser resolvidos pelo Estado, e sendo 1936 ano eleitoral nos municípios, o que se viu foram inúmeras discussões sobre política municipal na Assembléia Estadual. Os deputados ocupavam a tribuna para relatarem supostas perseguições políticas a seus aliados por parte de integrantes do grupo adversário ou favorecimento daqueles que detinham o poder a determinados setores para que sua permanência fosse viabilizada.¹⁹

Como podemos perceber, a política fluminense durante a década de 1930 foi bastante conturbada e com uma troca intensa de interventores até a chegada de Ari Parreiras. Após a reconstitucionalização, a tentativa do Governador em pacificar a política através da Assembléia não surtiu o efeito esperado, pois as municipalidades tornaram-se focos ainda mais intensos de disputas pelo poder, culminando com o esgotamento do modelo político implementado por Protógenes. É importante destacar o papel das municipalidades, que constituíam o principal mecanismo deste jogo político durante a década de 1930.

3.2. Novos rumos na política fluminense: o líder político começa sua caminhada

Foi neste cenário de incerteza política que, após o afastamento do Governador Protógenes Guimarães (com a saúde debilitada e incapaz de apaziguar a política fluminense), Amaral Peixoto foi nomeado interventor federal no Rio de Janeiro.

O início da carreira foi de grande valia e aprendizado para Amaral Peixoto, pois esteve na equipe de governo da Capital Federal e passou a auxiliar do Presidente da República. Neste sentido, tinha acesso e/ou participação em várias negociações políticas. Sobre este período inicial, encontramos algumas cartas em seu arquivo pessoal, mais precisamente no grupo “início da carreira política”. Neste grupo de cartas, nos deparamos com cópias de missivas que nem mesmo eram destinadas a sua pessoa, mas que tinham relação com a política brasileira, sobretudo no que se refere à Revolta Constitucionalista de 1932 e sobre o “Caso

¹⁹ Rafael Navarro Costa. **Op. Cit.** pp. 39-54.

Mineiro”. Sobre este último assunto, havia uma grande expectativa em torno da divulgação do nome do novo Interventor de Minas Gerais. Chegavam notícias de que havia uma predisposição por parte dos mineiros de não aceitar alguns nomes que vinham sendo cogitados para o cargo, o que poderia instalar uma crise política no país.

Saúde é o que desejo-te em companhia dos teus. Por aqui tudo está na mesma. Diga ao Sr. Presidente que a Força Pública continua sempre com a mesma disciplina, e o interventor que for nomeado será bem recebido. Não acredite em boatos. Responda-me urgente.²⁰

A tua saúde e dos teus é o que desejo. Será possível que o Capanema seja nomeado ministro? Consta isto por aqui. É preciso que os nossos amigos tenham conhecimento que quando ele se despediu dos comandantes das unidades da F.P., nos falou que a cousa aí estava muito ruim e devíamos acompanhá-lo, que ele iria para onde achasse mais conveniente, afim de não levar a F.P. para o abismo. Demonstrou mesmo estar contra o governo. É bom lembrar os nossos amigos que é conveniente mandar alguns comandantes com reserva – quando nos retiramos do palácio, procurei o chefe do E.M. e combinamos apoiar o Sr. Presidente Getúlio sem o Capanema, ficando resolvido o nosso apoio incondicionável, caso recebêssemos alguma ordem contra o Sr. Ditador. Guarde reserva desta e se for preciso mais esclarecimentos, mande aqui um portador de confiança. Estou admirado da falta de respostas das minhas cartas! Passa-me que não tem lhe interessado.²¹

As duas cartas enviadas ao então ajudante de ordens do Presidente demonstram a ligação que existia entre Peixoto e Vargas no período anterior ao Estado Novo. Além disso, evidenciam que Amaral já era uma figura importante e reconhecida pelos aliados de Vargas mesmo antes do Estado Novo e que já estava inserido nos meandros das articulações políticas.

Durante o período de sua interventoria, Amaral Peixoto conseguiu formar um extenso e influente grupo político. Para conseguir formar este grupo, o Interventor precisou costurar alianças por todo o estado. Entretanto, uma das características para assumir a interventoria em qualquer estado era a de que o Interventor fosse “estrangeiro”. Apesar de ser natural do estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto passou a maior parte de sua vida fora desta região e jamais havia ocupado qualquer cargo político no estado. Sua inserção na política foi na cidade

²⁰ Carta de Elpídio a Ernâni do Amaral Peixoto, em 28/10/1933. EAP ICP 33.10.28

²¹ Carta de Elpídio à Ernâni do Amaral Peixoto, em 20/01/1934. EAP ICP 33.10.28

do Rio de Janeiro, trabalhando com Pedro Ernesto Batista durante sua gestão na Prefeitura e, mais tarde, como ajudante de ordens de Getúlio Vargas.

Para conseguir dar prosseguimento aos projetos de sua interventoria, Amaral necessitava do apoio e do reconhecimento dos políticos fluminenses à sua administração. Para isso, utilizou-se de duas estratégias:

1) No início de seu governo, procurou associar-se a um grupo político que tinha representantes por todo o estado do Rio de Janeiro e era politicamente forte, os macedistas (liderados pela família Macedo Soares); aliado aos macedistas, conseguiu a penetração necessária para tornar-se conhecido no estado e, aos poucos, arregimentar aliados para suas bases.

2) A forma encontrada por Amaral para conquistar o apoio dos políticos foi realizar a política nos municípios, construindo as bases a partir deles para controlar a política estadual. Ao perceber que seu grupo começava a tomar forma, Amaral Peixoto rompeu com os macedistas e passou a controlar seu próprio grupo político.

Portanto, o que pretendemos neste capítulo é demonstrar quais foram as estratégias utilizadas por Amaral Peixoto para formar e articular este grupo político, que se consolidou e polarizou as disputas com o grupo macedista nas eleições posteriores à democratização.

3.3. A nova liderança e as diretrizes da política fluminense

Com referência ao seu desejo de receber sugestões sobre a administração do estado, envio-lhe dous velhos artigos meus. São de 1932, sendo que um deles refiro outro de 1929. Versam sobre o qual tive sempre opinião uniforme.

Veio depois a constituição democrática de 34 e nada haveria que fazer. Como a nova carta de 37 traça diretrizes muito próximas dos que ali estão enunciados, se o estado do Rio tiver de elaborar nova constituição, seria o caso de deixar a faculdade de adotarem as cidades o sistema técnico de administração pelo city manager, sem torná-lo, entretanto, obrigatório, principalmente pela falta de selecionamento dos técnicos nas primeiras épocas.

Mandei buscar o livro do Anhaia Mello sobre o assunto e vou lhe oferecer. Outro documento interessante é a Carta Municipal Modelo, organizada pela National Municipal League, dos Estados Unidos, de que tenho um exemplar.

Uma vantagem que vejo para o sistema em causa é que poderá congraçar a todos: os democratas consideram-no como um aperfeiçoamento da democracia; os antidemocráticos, como de longa data me prezo de ser, julgam-no a substituição da mesma. Uns e outros concordam, porém, ser este um sistema que funciona melhor e que beneficia mais as populações. Este o ponto importante. Só para a politicagem será ele execrável, simplesmente porque significará a sua morte no foco mais intenso: o município.²²

Reproduzimos aqui, na íntegra, a carta destinada ao Comandante Ernani do Amaral Peixoto em 26/11/1937, assinada por Saturnino de Brito Filho. A carta faz referência à busca de orientações pelo Interventor para melhor controlar a política estadual. Observamos na carta que a indicação de seu missivista era para que o novo chefe do executivo estadual concentrasse o eixo de sua política nos municípios, que, segundo suas palavras, eram o “nascidouro”, o “núcleo de desenvolvimento da política” e o “foco mais intenso” das disputas políticas. Além disso, o remetente aponta para a questão do sistema de “valorização” dos municípios ser do agrado de diferentes grupos políticos, o que poderia facilitar a negociação política no estado.

Saturnino de Brito Filho cita em sua carta o City Manager e a National Municipal League, modelos de governo utilizados em cidades norte-americanas. Quanto à National Municipal League, foi um movimento organizado em 1894 que uniu vários grupos reformistas nas cidades americanas, que se espalhou por todo o país no século XX. Estes reformistas tinham como principal finalidade o banimento de governos locais corruptos e uma série de mudanças sociais e econômicas visando um melhor atendimento a todas as classes sociais das cidades. Foi a National Municipal League a responsável pela implementação dos sistemas de comissão (delegava toda a responsabilidade a um pequeno grupo de comissionários, cada um responsável por um único departamento) e pelo City Manager, no qual um prefeito – necessariamente um profissional treinado – administrava a cidade, sendo também responsável por uma assembléia eleita pelo

²² Carta de F. Saturnino de Brito Filho a Ernani do Amaral Peixoto, em 26/11/1937. EAP INT 37.11.23

povo. Essas duas formas de governo foram as mais utilizadas nas cidades americanas por pelo menos duas décadas.²³

O City Manager se diferencia do modelo de administração de cidades que conhecemos hoje, com as cidades sendo governadas por um Prefeito em um modelo de assembléia administrativa. Neste sistema, as principais funções e responsabilidades dos prefeitos seriam:

- Supervisão diária das operações de todos os departamentos da cidade;
- Supervisionar os chefes dos departamentos;
- Preparar, anualmente, um orçamento para a cidade com opções para serem votadas pela assembléia;
- Pesquisar e fazer recomendações sobre tópicos de interesse da Assembléia;
- Reunir-se com cidadãos ou grupos de cidadãos para melhor compreensão de suas necessidades;
- Demonstrar liderança executiva que encoraje a boa performance dos trabalhadores;
- Administrar a cidade com uma compreensão profissional de como todas as funções da cidade atuam juntas para obter seu melhor resultado;

Analisando as diretrizes básicas deste modelo, encontramos grandes diferenças entre o City manager e o modelo de administração que conhecemos. Percebemos que este é um modelo próprio do pensamento autoritário e tecnocrático. O Prefeito (City manager) não é eleito, é um funcionário que tem a responsabilidade de administrar o município, já que, neste modelo, governar é administrar tecnicamente. Podemos notar algumas diferenças também no que diz respeito ao poder da Assembléia neste modelo de administração. De acordo com as regras do City Manager, apesar dos prefeitos terem o poder de admissão e demissão dos empregados municipais, estas decisões devem ser aprovadas pela Assembléia, obedecendo às leis locais.²⁴

²³ Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article-77843>>."United States." Encyclopædia Britannica. 2008. Encyclopædia Britannica Online. Acesso em 19 de Fevereiro de 2008.

²⁴ Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article-77843>>."United States." Encyclopædia Britannica. 2008. Encyclopædia Britannica Online. Acesso em 19 de Fevereiro de 2008.

Não podemos afirmar que esta carta tenha sido decisiva ou um elemento-chave para o direcionamento que o interventor tomaria em seu governo. Entretanto, é fato que Amaral Peixoto construiu uma forte e eficiente máquina política, que lhe proporcionou uma estabilidade no cargo alcançada por poucos interventores neste período, baseada nas relações com as lideranças municipais.

Esta máquina política tinha suas peculiaridades. De acordo com a definição clássica de máquina política, sua estrutura está diretamente ligada aos interesses pessoais de seus líderes e se configura como uma organização política estável, com hierarquia definida e membros disciplinados. A máquina política começa a entrar em ação a partir da coletividade local, atuando na atenuação dos conflitos de classe, estabelecendo efeitos integradores em uma sociedade dispersa e desmobilizada, tornando-se capaz de favorecer os interesses específicos dos variados segmentos da população urbana. A máquina política era fortemente influenciada pela dimensão motivacional, baseando-se no poder de atração das recompensas materiais, com seus líderes utilizando-se muito pouco de uma ideologia, já que ela se caracterizava por um forte conteúdo clientelista. O sucesso da máquina política construída era medido através do voto, ou seja, a ação dos eleitores era um elemento indispensável para a configuração deste mecanismo.²⁵

A máquina política que Amaral Peixoto constrói durante o Estado Novo tem diferenças significativas se compararmos às características deste mecanismo citadas acima. O Estado Novo é um período com governo autoritário, logo não existia a ação dos eleitores. Portanto, esta é uma máquina diferente da relatada acima, tendo o interventor como ponto máximo (líder) e a chave para seu sucesso seria a articulação com as lideranças políticas estaduais e municipais, visando construir uma forte rede de aliados para garantir a estabilidade política. Amaral Peixoto deveria, então, estabelecer ligações com as principais lideranças estaduais, que por sua vez colocariam o interventor em contato com os chefes da política nas municipalidades. Desta forma, a chave para a manutenção desta máquina seria o sucesso na articulação com as lideranças políticas do estado e dos municípios, construindo um forte grupo para garantir a estabilidade política do governo.

²⁵ Eli Diniz. **Voto e Máquina Política**: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

A indicação por parte de Saturnino Brito e a montagem desta engrenagem com seu foco voltado para as municipalidades não foi uma medida aleatória por parte destes políticos, pois o Rio de Janeiro já havia passado por experiências como esta que foi proposta – e utilizada – pelo interventor.

Se não podemos dizer que Amaral Peixoto era um “iniciante” na política, é certo que ele não possuía estreitas ligações com os políticos fluminenses, o que, em tese, dificultaria o seu enraizamento na política estadual. É neste sentido, de conseguir uma aproximação com os líderes locais, que se constrói a aliança entre os macedistas e o novo interventor. Os municípios tiveram um papel muito importante no jogo político. Durante o Governo Provisório, os prefeitos passaram a ser nomeados e “vigiados” por um Conselho Consultivo. No período posterior (pós-1930), o Conselho Consultivo foi substituído pelo Departamento das Municipalidades, outro órgão ligado à administração estadual. Podemos perceber que no decorrer do período republicano, os municípios estiveram por um bom período cerceados em suas ações por órgãos estaduais de grande importância política, pois os prefeitos eram indicados para os cargos em momentos de transição e/ou autoritários, como era o período no qual Amaral Peixoto assumia o executivo estadual. Nestes períodos era muito importante para o governante estadual uma aproximação com os principais chefes locais, que apoiariam o governo estadual em troca de nomeações e da destinação de recursos aos municípios “aliados”.

A lógica da troca entre políticos está associada ao clientelismo, da “lógica da dádiva”. Entretanto, não devemos considerar esta prática como algo nocivo à sociedade. Neste aspecto, estamos trabalhando com a idéia de que a relação de patronagem e clientelismo possuem uma autonomia e racionalidade, comprovadas pelos conjuntos de regras existentes em torno de tais práticas, como a obrigação da reciprocidade e a personalização das relações políticas.

3.4. Interventor e líderes locais em contato: A formação do amaralismo

O apoio de José Eduardo de Macedo Soares, o grande articulador da política estadual, foi fundamental para que Amaral Peixoto ganhasse prestígio e respeito no estado. Entretanto, o que era um suporte ao seu governo transformou-se, em

1938, em oposição: o interventor rompe sua aliança com Macedo Soares e boa parte do grupo que o acompanhava. Com o rompimento, passava a ser cada vez mais importante o controle do interventor na política municipal, pois ele precisaria construir o seu próprio grupo político.²⁶

Quando Macedo Soares resolveu apoiar a indicação de Amaral Peixoto ao cargo de Interventor, o que ocorreu ainda antes do início do Estado Novo devido ao afastamento do então governador Protógenes Guimarães, a intenção do “cacique macedista” era a de que o novo governante não criasse raízes no poder estadual e que o Presidente da República o nomeasse para o cargo de Interventor após a instalação do Estado Novo.²⁷ Contudo, os planos dos macedistas não se concretizaram em nenhum dos aspectos: Amaral Peixoto ganhava prestígio e força política no estado e Vargas não o nomeou para o cargo que pretendia. Desta forma, Macedo Soares deveria novamente reunir seu grupo político e articular com suas bases estratégias políticas para retomar o controle do estado.

Apesar do rompimento com os macedistas, Amaral Peixoto conseguiu ter um grande contingente de lideranças políticas ao seu lado. Além de cooptar para suas fileiras alguns dos antigos adeptos do grupo de Macedo Soares, o Comandante teria o apoio incondicional dos opositores ao grupo de seu antigo aliado. Mesmo com a aliança feita com a família Macedo Soares, Amaral Peixoto tinha desde o início de sua administração, ligações com membros de outras correntes políticas. Estas ligações acabaram favorecendo a montagem de seu próprio grupo político após o rompimento com José Eduardo Macedo Soares. Além desta ligação, Amaral Peixoto tinha a seu favor um importante mecanismo criado para a regulação da política municipal: o Departamento das Municipalidades, criado antes de sua administração, mas ganhando uma organização funcional durante o Estado Novo.

Caberia ao Departamento das Municipalidades um papel fundamental na aproximação e cooptação dos líderes municipais, já que este órgão era responsável pelo controle econômico dos municípios. Para chefiar este órgão, o interventor nomeou Mário Alves da Fonseca, político influente em diversos municípios do estado. O objetivo desta nomeação foi, portanto, conseguir um importante aliado

²⁶ Aspásia Camargo (org.). **Op. cit.**

²⁷ Sílvia Regina Pantoja Serra de Castro. **Op. cit.**

para seu projeto político e um canal de comunicação eficaz com as lideranças locais.²⁸ O que tentaremos demonstrar agora é de que forma o “estrangeiro” Amaral Peixoto construiu essa relação com os políticos locais, possibilitando o funcionamento de sua máquina política. Começaremos este exercício com uma carta enviada a todos os prefeitos de municípios fluminenses:

Senhores prefeitos

Quando deliberei convocar-vos para esta reunião, estava certo de que ela seria compreendida na sua exata finalidade administrativa: em vários municípios do estado já se havia reunido, em várias épocas diferentes, os prefeitos das respectivas zonas, no propósito de coordenar as suas atividades em face dos problemas que reciprocamente lhes interessam.

As condições em que se encontram as municipalidades fluminenses, em sua maioria, indicam a conveniência e, mais do que isso, a necessidade imperiosa dessa coordenação: são muitas as questões que reclamam solução e inúmeras as necessidades do seu progresso, mas os recursos disponíveis são parcos e insuficientes. O entendimento entre os prefeitos, para melhor aplicação destes recursos, torna-se, dessa forma, rigorosamente indispensável e necessário, e o estado, na sua política de supervisão das atividades administrativas das prefeituras, cumpre indeclinável dever promovendo e realizando essa coordenação, que se impõe à vida fluminense como fator incoercível do seu progresso.

Há muito que fazer no círculo das administrações municipais, afim de que estas não só se coloquem ao nível em que se opera a grande obra de reconstrução nacional, executada sob as inspirações do Estado Novo, como também para que possam acelerar o ritmo de seu desenvolvimento e mais eficientemente garantir a sua colaboração no ressurgimento do Estado do Rio.²⁹

Por esta carta que Amaral Peixoto enviou aos prefeitos fluminenses, podemos perceber a importância dos municípios para o interventor. Reuniões como esta não consistia em uma prática isolada, pois o comandante dedicava sempre um dia por semana para receber os prefeitos. Como o documento não foi datado (trata-se, provavelmente, de um rascunho), não podemos precisar a data em que foi remetido. Entretanto, as páginas que seguem a aqui transcrita, versam sobre os projetos que o interventor tinha para o estado e não faz qualquer balanço sobre realizações de seu governo. Portanto, é provável que tal carta tenha sido escrita no início do período da sua interventoria.

²⁸ Silvia Regina Pantoja Serra de Castro. **Ibid.**

²⁹ EAP INT 37.11.23. Não consta a data em que foi remetida ou escrita.

Nesta missiva notamos a intenção de seu remetente em marcar algumas posições. A primeira delas é a da necessidade de haver uma coordenação entre as prefeituras, para que assim fosse possível atender a todas as demandas de cada uma delas. A segunda é o papel do Estado neste momento. Como político articulado que foi, o interventor aponta o Estado como supervisor desta coordenação e da administração, deixando claro que não haveria uma intervenção sua nos assuntos locais. O terceiro e último ponto que destacaremos é a parte final desta missiva, na qual ressalta a importância da esfera municipal na reconstrução e reorganização do estado e também do país. Com esta atitude e posições bem definidas, Amaral Peixoto visava trazer para seu lado o apoio destes líderes locais, alcançando assim estabilidade.

Outra forma para entrar em contato com prefeitos e lideranças locais, eram as constantes viagens ao interior do estado – tática esta que já havia obtido sucesso na interventoria de Ari Parreiras (1932-1935), quando o interventor visitou os municípios para fiscalizar as administrações municipais e negociar apoio para seu governo.³⁰ Percorrendo todo o estado, o Interventor conseguia angariar cada vez mais adeptos para seu grupo. Nestas incursões pelos municípios, com a justificativa de avaliar o andamento de realizações de seu governo, era comum que o interventor realizasse reuniões com as principais lideranças dos municípios. Segundo o próprio Amaral, era preciso ter muita habilidade para negociar com estes políticos, pois os municípios do interior do estado tinham quase sempre dois grupos importantes e um deles estaria sempre fora do poder. Por isso, era necessário que mesmo apoiando o grupo que governava a cidade naquele momento, não deixar “desamparado” aqueles que não estivessem ocupando os principais cargos da administração municipal. Dessa forma, Amaral conseguiu em várias oportunidades reunir tradicionais adversários na política municipal em um mesmo grupo.³¹ De acordo com o próprio Amaral Peixoto, as viagens eram um meio de articular-se com todos os grupos políticos do estado, possibilitando uma ampliação em sua rede de relações, como podemos ver em suas declarações:

³⁰ Ver Rafael Navarro Costa. **Op. Cit.**

³¹ Aspásia Camargo. **Artes da Política: Diálogo com Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Aos poucos fui me inteirando dos problemas fluminenses. Comecei a viajar de outra maneira, quase sozinho, com um ou dois secretários, hospedando-me em numa casa de família ou em hotel. De preferência em hotel, porque às vezes na casa de um chefe político o outro é inimigo e não vai. [...] Minha preocupação era fazer contato com o maior número de pessoas para não ficar entregue a um grupo. [...] Eu recebia informações de muita gente: alguns do grupo do José Eduardo se identificaram comigo, e eu também tinha amigos no Estado. Depois, com as viagens, fiz contatos com os homens do interior e encontrei muita gente boa. E esses homens, vendo que eu não estava fazendo uma política de perseguição, passaram a me procurar. Sempre procurei não ficar preso a uma determinada corrente.³²

As reuniões e as viagens eram instrumentos importantes para o estabelecimento de relações com as lideranças municipais. Entretanto, ainda existia outro mecanismo capaz de angariar aliados: a nomeação dos prefeitos. Esta nomeação feita pelo Interventor tinha como finalidade controlar a política do estado. Todavia, para que seu efeito não fosse o inverso e causasse a desestabilização do interventor, era de extrema importância saber quem nomear e a hora de fazê-lo, assim como identificar o momento de realizar a troca de comando nas prefeituras. Amaral Peixoto, no início de sua interventoria, adotou a estratégia de mudar o mínimo possível e acatar indicações de aliados políticos para os cargos de Prefeito em que as alterações seriam necessárias:

[...] sempre que não havia nada contra o Prefeito, eu o conservava. Mas em alguns casos aceitei indicações. O prefeito de Niterói, por exemplo, Brandão Júnior, foi indicado pelo José Eduardo. Mesmo depois do meu rompimento com o José Eduardo, eu não o afastei. [...] Aceitei também prefeitos indicados pelo César Tinoco, que era um homem muito bom. Agora, quando eu nomeava, impunha uma condição: ‘Aceito indicações. Vocês indicam, e eu nomeio. Mas depois não aceito ingerência. Se achar que o prefeito não está agindo bem, exonero’³³.

O trecho da entrevista citado acima deixa evidente a estratégia utilizada pelo Interventor no tocante à nomeação dos prefeitos. Para agradar àqueles que lhe davam sustentação nos primeiros momentos da interventoria, acatava seus “pedidos”. Entretanto, buscava nomear integrantes de várias correntes políticas do estado para que sua infiltração na política fluminense ocorresse de forma rápida e

³² Aspásia Camargo. *Op.cit.* P. 156-157.

³³ *Ibid.* p. 159.

com sucesso. Percebemos, porém, que após acatar as indicações o Comandante fazia questão de gerenciar os prefeitos. Se no início de sua administração procurou manter os que já exerciam estes cargos, com a intenção de não causar agitações políticas no estado, no decorrer de sua interventoria os prefeitos passaram a ser substituídos com frequência. Dos 51 municípios, apenas 11 deles mantiveram seus prefeitos por todo o período da interventoria Amaral Peixoto. Esta constante substituição foi a melhor maneira encontrada pelas lideranças estaduais para manter os municípios alinhados com o estado e também a maneira de agradecer aos diversos grupos políticos existentes.

A negociação e o jogo político nesta esfera eram intensos e todos os grupos locais se reportavam ao interventor fazendo acusações ou requerendo investigação na política de seu município, como podemos ver na seguinte carta:

Meu caro amigo e interventor

Há tempo que venho sendo assediado por amigos residentes em Mangaratiba para conseguir a substituição do atual prefeito, Sr. José Alves de Souza e Silva, que no consenso geral não está a altura do cargo.

Não o procurei a mais tempo para tratar deste assunto porque não havia uma acusação formal e categórica, apesar de eu ter pessoalmente assistido atos pouco abonadores para uma autoridade [...]. Dentro de poucos dias estarei residindo definitivamente em Mangaratiba e, para mim, seria bastante desagradável ter como autoridade a quem devo respeito esse sr. que não me tolera, por eu ter levado a Mangaratiba o genro do chefe do governo e o sogro da filha do chefe do governo, e não os ter apresentado a ele.

Há graves acusações entre os moradores de Mangaratiba contra o seu prefeito, e estou certo de que se mandasse pessoa de sua confiança fazer um inquérito, aparecerá muita verdade [...].³⁴

O remetente desta carta é Valdemar Corrêa e através dela abordaremos alguns pontos importantes da política neste período. Notamos, primeiramente, que o missivista iniciou sua carta dando a entender que a enviara em nome de um grupo de pessoas descontentes com o prefeito de Mangaratiba, que lhe cobravam alguma medida à respeito. Este fato nos faz pensar que Valdemar Corrêa era uma personalidade conhecida no município e que desfrutava de algum prestígio no

³⁴ Carta de Valdemar Corrêa a Ernani do Amaral Peixoto, em 20/02/1940. EAP INT 37.11.23

meio político. Entretanto, este caráter público de seu pedido logo deixa de ser o principal viés da missiva. Logo depois de fazer esta queixa dos moradores de Mangaratiba, o autor passa a apontar motivações pessoais para criticar o prefeito José Alves de Souza e Silva, fazendo com que a política assumisse um caráter personalista. Por fim, ao encerrar sua carta, Valdemar volta a falar em nome dos moradores da região e pede a instauração de um inquérito para que fossem apuradas as irregularidades que denunciou ao interventor no restante desta carta. Notamos que as denúncias e/ou pedidos de substituição dos prefeitos podem incorporar não só os fatos políticos, mas os de âmbito pessoal, o que dificulta a ação do governo estadual e faz necessária a negociação em todas as frentes nos municípios. Outras duas cartas podem também ser citadas aqui, ratificando estes elementos que apontamos:

Exmo. Snr.

Há dias levei ao conhecimento de V. Excia., por intermédio dos meus amigos, vossos dignos auxiliares, Dr. Mario Aloísio Cardoso Miranda e Mario Criciúma Paranhos o que se passa com o governo municipal. Sei que o prefeito, com o Dr. Walter, fizeram um relatório muito bonito, justificando e desfazendo o que eu disse e reafirmo aqui [...]. Em S. Fidelis V. Excia. verificou irregularidades do prefeito, aqui não tem nada mal feito porque ele não fez e não faz nada. Só o que faz é cobrar impostos. [...] Não ouça V. Excia relatórios, porém, mande verificar.³⁵

A carta, assinada por Jorcelino Lemgruber Portugal, diz respeito à administração do prefeito de Petrópolis. Assim como na missiva anterior, existe a reclamação veemente por parte do remetente de irregularidades do prefeito e o pedido para que fossem verificadas. Entretanto, observamos que o modo de tratamento dado ao interventor é diferente, o que pode nos indicar a proximidade que o primeiro possuía com Amaral Peixoto e que o segundo mantinha uma relação distante, executada apenas quando estritamente necessária. Esta diferença na relação com o interventor é uma das explicações para o fato do primeiro missivista (Valdemar Corrêa) ter utilizado divergências pessoais em suas reclamações, no intento de tentar convencê-lo que a mudança do prefeito se fazia necessária.

³⁵ Carta de Jorcelino Lemgruber Portugal a Amaral Peixoto, em 06/03/1940. EAP INT 37.11.23

As reclamações também poderiam aparecer de forma sutil, como na carta enviada por Ruy de Almeida ao interventor. Ao elogiar o prefeito de Pirai, Almeida fez o seguinte comentário sobre o município em que desenvolvia suas atividades:

[...] como filho de Pádua, com interesses de toda a ordem ligados a este município do Norte Fluminense, espero que o honrado interventor e prezado amigo dará a minha cidade, quando possível, prefeito semelhante ao que tem, felizmente, Pirai.³⁶

Por estas missivas, podemos perceber que as negociações eram intensas e constantes. Por estes motivos, o Interventor cercava-se de cuidados quando o assunto era a nomeação para o executivo municipal. A carta transcrita abaixo, além de evidenciar também a negociação sobre a qual nos referimos acima, pode nos auxiliar a entender quais eram os procedimentos adotados por Amaral Peixoto para fazer as indicações:

Confidencial

Amaral amigo

Conforme nossa palestra de ontem, acabo de receber informações seguras sobre o Dr. Geraldo Monteiro de Rezende. É um adventício em S. Fidélis, onde foi a cata de emprego. Cunhado do gerente do banco ali, foi – por insistência deste – indicado pelo juiz para o cargo de delegado, no qual se tem conduzido de maneira reprovável. É da mesma facção do Bráulio. Anda ostensivamente armado com dois revólveres, como se estivesse em pleno *farwest*, e espanca até crianças. Sei também que é protegido do Tenente Coracy, o qual o inculca por ali como o futuro prefeito.

Se você me permitisse a liberdade de apresentar-lhe alguma sugestão a propósito do caso de minha infeliz terra, eu indicaria alguns nomes de homens honestos e capazes, filhos dedicados de São Fidélis, que muito poderiam auxiliar a sua administração no trabalho benemérito de sanear a vida política e administrativa do estado do Rio. São eles: Sady Clerier, inspetor das municipalidades; Olavo Alves Cirino, fazendeiro e proprietário; Gualter Dutra Fernandes, contador e proprietário e Raul Oscar Veiga, advogado, culto e trabalhador, meu tio, que está afastado da politicalha local e conhece bem os problemas e as necessidades do município. Aí tem você, meu bom amigo, os nomes capazes de promoverem a tranqüilidade e o progresso da minha terra, engrandecendo e

³⁶ Carta de Ruy de Almeida a Ernani do Amaral Peixoto, em 07/02/1941. EAP INT 37.11.23

honrando ao mesmo tempo o governo de justiça, serenidade e larga visão com que você vem fazendo a felicidade do nosso estado [...].³⁷

Analisando o trecho citado, observamos que o interventor havia pedido ao remetente desta carta (Aguinaldo) informações sobre um possível candidato a cargo político em São Fidélis. Na carta, Aguinaldo não só informa tudo que conseguiu reunir sobre o Dr. Geraldo Monteiro de Rezende: percebendo o “quadro negativo” acerca do investigado, passa a indicar nomes para ocuparem o referido cargo. Este era apenas o início do processo, pois após a coleta de informações, os que fossem aprovados seriam submetidos à uma “sabatina” com os secretários do governo estadual e com o próprio Amaral Peixoto. Esta prática era utilizada também para verificar se era viável ou não a manutenção do prefeito no poder.³⁸ As entrevistas não eram apenas um mecanismo para atestar a capacidade dos postulantes ao cargo, mas uma forma de tornar esta escolha uma atitude personalística. Mantendo contato com os candidatos, o interventor teria a oportunidade de se aproximar dos políticos e fazer com que percebessem quão importante seria para suas carreiras políticas manterem-se ao lado do grupo amaralista. Podemos dizer, então, que Amaral Peixoto utilizou-se das reuniões com os prefeitos, das viagens ao interior e das “entrevistas” realizadas com pretendentes interessados na manutenção de seus cargos ou a ingressar na administração municipal como estratégias para conseguir formar seu grupo político e alcançar estabilidade na política fluminense.

3.5. Negociação política e clientelismo no Estado Novo

Antes de analisarmos a natureza das relações entre o interventor e os chefes políticos locais, faremos uma discussão acerca do clientelismo. Para iniciarmos esta discussão, utilizaremos aqui a definição do conceito elaborada por José Murilo de Carvalho:

De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais,

³⁷ Carta, assinada por Aguinaldo, a Amaral Peixoto, em 09/03/1940. EAP INT 37.11.23

³⁸ Aspásia Camargo. **Op. cit.**

isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. [...] Clientelismo seria um atributo variável de grandes sistemas políticos. Tais sistemas podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. [...] Clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos [...]. De algum modo, como o mandonismo, o clientelismo perpassa toda a história política do país.³⁹

A definição de clientelismo do autor citado tem como principal objetivo diferenciar este fenômeno da política brasileira de outros dois muito utilizados: coronelismo e mandonismo. É importante salientarmos que a negociação que envolvia interventor e lideranças dos municípios fluminenses estavam baseadas em relações clientelísticas. Evidentemente, é muito provável que no interior do estado ainda houvesse os “coronéis”. Entretanto, o sistema do coronelismo envolvia relações de troca desde o governo federal até as instâncias de poder dos municípios, aonde estes “coronéis” asseguravam os votos necessários para a permanência dos grupos envolvidos no poder. O clientelismo passa necessariamente pelo princípio da dádiva, que regulamenta o sentimento de lealdade e pertencimento a um determinado grupo. De acordo com Kuschnir, “o eleitor, ao invés de se identificar com seu grupo ou classe, como trabalhador e cidadão, se identifica como beneficiário de um político influente, tornando a política inacessível sem a interferência das relações pessoais”.⁴⁰

Durante o Estado Novo (1937-1945) houve um fortalecimento da centralização e do corporativismo. Entretanto, estas práticas não fizeram com que o clientelismo desaparecesse de cena na política brasileira. Todavia, os recursos utilizados para esta prática estavam, agora, também nas mãos do governo federal.

No caso particular da Interventoria de Amaral Peixoto, o que ele buscava não era o voto dos eleitores, mas o apoio dos líderes da política municipal ao seu governo e construir alianças que seriam capazes de fortalecer ainda mais seu grupo político. Se as viagens, as reuniões com os prefeitos e as entrevistas com líderes políticos constituíram um tripé para a formação do grupo político, o clientelismo foi o mecanismo para manter esse grupo coeso.

³⁹ José Murilo de Carvalho. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. In: **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

⁴⁰ Karina Kuschnir. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. P.141.

Os contatos pessoais do interventor com os principais líderes políticos municipais, visando à montagem do seu grupo político, foram um meio encontrado pelo comandante para não ficar dependente de qualquer corrente política. Para assegurar o apoio destes chefes (não somente os prefeitos, mas todas as lideranças que possuíam influência nas localidades), Amaral utilizou-se de práticas clientelísticas, como nos indicam as seguintes cartas:

Estamos muito reconhecidos por sua intervenção em favor do nosso filho.
Saudações

Silvio Bastos Tavares e Senhora⁴¹

Meu prezado amigo comandante Amaral Peixoto. Abraços

Retardei estas linhas. O que eu queria era voltar aí, afim de pessoalmente levar-lhe meus sinceros e melhores agradecimentos pelo justo aproveitamento do querido amigo e distinto colega Sr. Adamastor Dias de Pinho. Sua nomeação para promotor adjunto de Duas Barras foi um grande favor que você me fez.

M. Paulo Filho⁴²

Podemos perceber por estas duas cartas que as práticas clientelísticas adotadas pelo interventor diziam respeito, principalmente, a concessão de cargos públicos e/ou políticos. Uma outra vertente desta prática, também muito freqüente pelo número de missivas que encontramos sobre este tema no arquivo Ernani do Amaral Peixoto, era a concessão de licenças para instalação de fábricas e/ou de isenção total ou parcial de impostos visto que muitos líderes locais eram usineiros. Agindo desta maneira, o interventor conseguia se articular com as principais chefias dos municípios fluminenses através das benesses e favores dispensados a elas.

Podemos afirmar que a formação do amaralismo no Rio de Janeiro teve como suporte as municipalidades. Foi na esfera municipal que Ernani do Amaral Peixoto conseguiu arregimentar para seu grupo político grande contingente de políticos, que possibilitou a formação de seu extenso grupo. O passo decisivo dado pelo comandante foi o de negociar não só com os prefeitos, mas de incluir

⁴¹ Telegrama de Silvio Bastos Tavares a Ernani do Amaral Peixoto, s/d. EAP INT 37.11.23

⁴² Carta de M. Paulo Filho a Ernani do Amaral Peixoto, em 10/12/1939. EAP INT 37.11.23

nas suas fileiras o maior número de lideranças locais e influentes. Assim sendo, Amaral estava livre de ter em cargos importantes adversários políticos, mesmo depois do rompimento com José Eduardo de Macedo Soares. Vimos também que as práticas clientelísticas permaneceram na política fluminense por bastante tempo, sendo a concessão de cargos e benesses uma das formas mais eficazes de cooptação de aliados.

Podemos dizer ainda que o projeto político da interventoria Amaral Peixoto de sedimentar um bloco político foi bem sucedido, uma vez que ele se manteve estável em seu cargo durante todo o Estado Novo e, posteriormente, com a democratização do país, comandou a formação do PSD no Rio de Janeiro. Sob sua liderança, o PSD conseguiu manter-se no poder por quase duas décadas. As inúmeras cartas de apoio de políticos locais encontradas em seu arquivo que datam do período de instalação deste partido e a adesão de grande parte dos políticos influentes do estado ao partido fundado pelo Interventor nos permitem concluir o sucesso do projeto desenvolvido pelo comandante nos oito anos de interventoria.